


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**4ª VARA CÍVEL**

Rua Sorbone 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **1008296-52.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Monitória - Prestação de Serviços**  
 Requerente: **Kameleon Serviços de Marketing Ltda**  
 Requerido: **Ezequiel da Silva Gonçalves Prestação de Serviços de Apoio A Empresa - Me**

Juiz de Direito: Dr. Daniel Felipe Scherer Borborema

Homologo, por sentença, para que produza seus legais efeitos, o acordo a que chegaram as partes, objeto da petição de fls. 63/65.

Julgo extinto o processo, com fundamento no art. 487, inc. III, alínea "b", do CPC.

Em caso de descumprimento, esta poderá ser executada.

O (a) advogado(a) da parte exequente deverá formar incidente próprio de cumprimento de sentença (art. 917, NSCGJ), da seguinte forma:

(a) ingressar pelo **e-Saj** no serviço de peticionamento eletrônico de 1º grau, e, através da opção "**Petição Intermediária de 1º Grau**", após digitar o número do processo principal, selecionar o item "**Execução de Sentença**" no campo "**CATEGORIA**" e, em "**TIPO DA PETIÇÃO**", indicar a opção "**156-Cumprimento de Sentença**" (executado particular) ou "**12078 – Cumprimento de Sentença Contra a Fazenda Pública**" (executado fazenda pública);

(b) na tela seguinte, informar os nomes das partes que irão compor os seus pólos respectivos (exequente e executado), atentando-se para quando ocorrer a inversão destes em relação ao processo principal (caso de acolhimento de reconvenção ou pedido contraposto, ou improcedência gerando honorários sucumbenciais em favor do réu, por exemplo);

(c) esse procedimento gerará um incidente de **Cumprimento de Sentença** propriamente dito e que receberá numeração própria;

(d) a partir daí, todo peticionamento a esse propósito deverá ser obrigatoriamente direcionado ao "**Cumprimento de Sentença**".

O acordo com pedido de homologação, ou a concordância com os seus termos, é incompatível com a interposição de recurso contra o ato homologatório (art. 1.000 do CPC). **Certifique-se, pois, o trânsito em julgado.**

Decorrido o prazo para cumprimento do acordo, o fato deverá ser noticiado, no prazo de 10 dias.

No silêncio, presumirei cumprida a obrigação e o feito será encaminhado ao arquivo, procedendo-se às anotações necessárias.

P.I.

São Carlos, 02 de outubro de 2017

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**